

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8020848-51.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: UALAS LOPES DA SILVA e outros Advogado (s): JULLYANY ALVES WOLFF IMPETRADO: JUÍZO DA VARA CRIMINAL DE BELMONTE Advogado (s): ACORDÃO EMENTA HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRELIMINAR. CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. NÃO CONHECIMENTO. REMÉDIO CONSTITUCIONAL GRATUITO. ART. 5º, LXXVII, CF. NO MÉRITO, EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INALBERGAMENTO. INSTRUÇÃO CRIMINAL FINALIZADA. SÚMULA Nº. 52 DO STJ. INOBSERVÂNCIA AO PRAZO PREVISTO NO ART. 316, PARÁGRAFO ÚNICO, CPP. NÃO PROVIMENTO. IDENTIFICADA RECENTE DECISÃO EXARADA PELO JUÍZO A QUO PROCEDENDO COM A REANÁLISE DA PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA PARTE, DENEGADA. I – Consta nos autos ter o Paciente sido preso em flagrante no dia 10/11/2021 pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei nº. 11.343/06. Relata-se que guarnição policial flagrantou o custodiado em posse de 11 buchas de maconha, além de um papel com anotações referentes à venda de substâncias entorpecentes e R\$82,00 em espécie. Durante a abordagem, o Paciente teria indicado existir outra quantidade da droga escondida atrás de um poste de energia elétrica, onde fora localizado pelos agentes de segurança pública uma caixa de fone de ouvido contendo 56 buchas de maconha. II – A Impetrante, preliminarmente, pugna pela concessão dos benefícios da justiça gratuita. No mérito, suplica pela revogação da prisão preventiva do Paciente, alegando estar o custodiado sofrendo constrangimento ilegal advindo do excesso de prazo para a formação da culpa, indicando, ainda, o descumprimento ao quanto disposto no art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal. III – O pleito preliminar não merece conhecimento, pois, de acordo com o disposto no art. 5º. LXXVII, da Constituição Federal, “são gratuitas as ações de ‘habeas-corpus’”. IV – Dos informes prestados pela autoridade apontada como coatora, verifica-se ter sido encerrada a instrução criminal, abrindo-se prazo para a apresentação das alegações finais pelas partes em 1º/06/2023. Assim, resta superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, conforme entendimento exposto na Súm. nº. 52 do Superior Tribunal de Justiça. V – Constatou-se a existência de decisão exarada pelo Juízo a quo no dia 20/06/2023 reanalisando a necessidade da manutenção da prisão preventiva, em conformidade com o art. 316 do Código de Processo Penal. Manteve-se a prisão por entender presentes os requisitos, em consonância com a jurisprudência do Tribunal da Cidadania: “para a manutenção da prisão preventiva, nos moldes do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, não é necessária a ocorrência de fatos novos, bastando que subsistam os motivos ensejadores do decreto prisional” (AgRg no HC 591.512/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/08/2020, DJe 26/08/2020; sem grifos no original). Ressalte-se, ainda, entendimento do mesmo Tribunal Superior no sentido de que “O termo para a reavaliação da prisão preventiva, determinado pelo art. 316, parágrafo único, do CPP, não é peremptório, de modo que eventual atraso na execução deste ato não implica automático reconhecimento da ilegalidade da prisão tampouco a imediata colocação do custodiado cautelar em liberdade”(AgRg no HC n. 592.026/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/09/2020, DJe 29/09/2020). VI – Desta feita, consoante acima demonstrado, inexiste no presente caso qualquer excesso de prazo a ser reconhecido, seja acerca da formação da culpa, alegação superada pela

conclusão da instrução criminal, seja quanto à revisão periódica constante no art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, tendo em vista a última ter sido realizada recentemente (20/06/2023), não subsistindo, portanto, razões para a concessão da ordem. VII – Ante o exposto, julga-se pelo parcial conhecimento e, nesta parte, pela denegação do presente Habeas Corpus impetrado. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DENEGADO. HC Nº. 8020848-51.2023.8.05.0000 – BELMONTE/BA RELATOR: DESEMBARGADOR ESERVAL ROCHA ACÓRDÃO Relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8020848-51.2023.8.05.0000, da Comarca de Belmonte/BA, impetrado pelo Bela. JULLYANY ALVES WOLFF, OAB/BA nº. 62.876, em favor de UALAS LOPES DA SILVA, Acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia à unanimidade, em conhecer parcialmente e, nesta parte, denegar a ordem impetrada, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Sala das Sessões, data constante da certidão de julgamento eletrônica. Presidente Desembargador Eserval Rocha Relator Procurador (a) PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 17 de Julho de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8020848-51.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: UALAS LOPES DA SILVA e outros Advogado (s): JULLYANY ALVES WOLFF IMPETRADO: JUÍZO DA VARA CRIMINAL DE BELMONTE Advogado (s): RELATÓRIO I – Trata-se de Habeas Corpus com pedido liminar, impetrado pela Bela. JULLYANY ALVES WOLFF, OAB/BA nº. 62.876, em favor de UALAS LOPES DA SILVA, brasileiro, solteiro, profissão não informada, nascido em 01/12/1993, filho de José Raymundo Dias da Silva e Miriam Santana Lopes, residente na Rua Severino Vieira II, nº. 252, Bairro Biela, no município de Belmonte/BA, apontando-se como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Belmonte/BA. Recebido o mandamus e verificado o pedido de liminar, relatou-se o fato nos seguintes termos (ID nº. 43756069): A Impetrante relata ter sido o Paciente preso em 10 (dez) de novembro de 2021 pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei nº. 11.343/06, inexistindo previsão para a conclusão da instrução criminal. Consta nos autos que guarnição policial flagrantou o custodiado em posse de 11 (onze) buchas de maconha, além de um papel com anotações referentes à venda de substâncias entorpecentes e R\$82,00 (oitenta e dois reais) em espécie. Durante a abordagem, o Paciente teria indicado existir outra quantidade da droga escondida atrás de um poste de energia elétrica, onde fora localizado pelos agentes de segurança pública uma caixa de fone de ouvido contendo 56 (cinquenta e seis) buchas de maconha. Alega-se no writ estar sofrendo o Paciente constrangimento ilegal advindo do excesso de prazo para a formação da culpa, tendo em vista a audiência de instrução e julgamento estar designada somente para o dia 1º (primeiro) de junho do corrente ano, sem que a defesa tenha contribuído para tal demora e inexistindo complexidade no feito que a justifique. Argui, ainda, estar o decreto preventivo há mais de 90 (noventa) dias sem ser revisado, posto a última decisão ter sido proferida em 2 (dois) de setembro de 2022, em desobediência ao quando disposto no art. 316 do CPP. Alega violação aos princípios da razoável duração do processo e da presunção de inocência, salientando os prazos previstos na Lei de Drogas e a excepcionalidade da segregação cautelar. Com base nessa argumentação, requer liminarmente a concessão da ordem de habeas corpus para que o custodiado seja colocado em

liberdade, expedindo-se o alvará de soltura e, seguindo o rito previsto à espécie, que seja concedida a ordem de forma definitiva O pedido liminar foi indeferido com base na ausência de dados que conferissem suporte às alegações da Impetrante, entendendo-se necessária a solicitação de informações ao Juízo de primeiro grau, as quais foram prestadas, noticiando que “fora aberto prazo para apresentação de alegações finais na audiência realizada no dia 01 de junho de 2023” (IDs nºs. 44459984 e 46717003/46717005). A Procuradoria de Justiça opinou pelo parcial conhecimento e, nesta parte, pela denegação da ordem (IDs nºs. 44524074 e 46740797). É o relatório. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8020848-51.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: UALAS LOPES DA SILVA e outros Advogado (s): JULLYANY ALVES WOLFF IMPETRADO: JUÍZO DA VARA CRIMINAL DE BELMONTE Advogado (s): VOTO PRELIMINARES II – A Impetrante requer, preliminarmente, a concessão dos benefícios da justiça gratuita, contudo, o pleito não merece conhecimento, pois, de acordo com o disposto no art. 5º. LXXVII, da Constituição Federal, “são gratuitas as ações de ‘habeas-corpus’”. Assim, rechaça-se a preliminar arguida e, preenchidos os demais requisitos de admissibilidade, passa-se ao exame do mérito. MÉRITO III – Alega-se, no presente mandamus, estar o Paciente experimentando constrangimento ilegal advindo do excesso de prazo tanto para a formação da culpa, quanto para a revisão periódica da necessidade da manutenção da prisão preventiva (art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal). Cumpre ressaltar, inicialmente, que dos primeiros informes prestados pela autoridade apontada como coatora, noticiou-se que a audiência de instrução e julgamento estava designada para o dia 1º (primeiro) de junho de 2023 (ID nº. 44459984). Vislumbrada a necessidade de solicitação de informações complementares (ID nº. 44547608), o Juízo a quo as prestou, comunicando ter sido realizada a mencionada assentada, oportunidade na qual finalizou-se a instrução criminal, abrindo-se prazo para a apresentação das alegações finais pelas partes (ID nº. 46717005). Assim, verifica-se ser o caso de aplicação do entendimento firmado através da Súmula nº. 52 do Superior Tribunal de Justiça: Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo. Nesse sentido, julgado do referido Tribunal Superior GRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. INSTRUÇÃO PROCESSUAL ENCERRADA. SÚMULA 52 DO STJ. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 1. É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a verificação da ocorrência de excesso de prazo para formação da culpa não decorre da simples soma dos prazos processuais, devendo ser examinadas as peculiaridades de cada caso, sempre observado o princípio da razoabilidade (art. 5º, LXXVII, da CF). 2. Com o encerramento da instrução criminal e abertura de prazo para alegações finais, o excesso de prazo está superado, nos termos do enunciado 52 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça (AgRg no RHC n. 166.355/BA, Ministro João Batista Moreira – Desembargador convocado do TRF1 –, Quinta Turma, DJe de 27/3/2023). 3. Agravo regimental improvido, com recomendação ao Juízo de origem para que imprima celeridade no julgamento da Ação Penal n. 0503528-31.2017.8.05.0080. (AgRg no HC n. 761.531/BA, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 22/5/2023, DJe de 26/5/2023.) (grifos nossos). Ademais, cumpre observar inexistir decurso temporal a ser analisado neste quesito, em vista da recente ocorrência da audiência e da abertura dos prazos para os memoriais finais pelas partes,

restando superado a alegação acerca do excesso de prazo para a formação da culpa. Quanto ao pleito de reconhecimento de ilegalidade advinda do descumprimento do quanto previsto no art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, este também não merece acolhimento, senão vejamos. Compulsando os autos de origem, através do documento enviado pelo Juízo a quo a esta Relatoria, constante no ID nº. 46717000, verificou-se a existência de decisão exarada pelo magistrado de primeiro grau em 20 (vinte) de junho de 2023 (ID nº. 395227647 – Ação Penal nº. 8000238-90.2023.8.05.0023), na qual se realiza a análise acerca da necessidade da manutenção da prisão preventiva, mantendo-a pelas seguintes razões: (...) Da análise dos autos, verifico robusta a prova da materialidade delitiva, considerando todas as informações contidas nos autos do processo. Também estão presentes os indícios de autoria, consubstanciados nos depoimentos e interrogatórios colhidos. Com relação ao periculum libertatis, tem-se que, da análise dos autos observa-se a gravidade em concreto do fato analisado, diante do fato do acusado praticar crime que emite terror a população local. Desde a análise da última revisão da prisão, não foram colacionados aos autos quaisquer documentos que denote mudança nas circunstâncias que ensejaram o encarceramento provisório do réu. Todas essas circunstâncias podem justificar a manutenção da prisão preventiva, com o fim de preservar a ordem pública. Da leitura do excerto acima transcrito, observa-se estar o referido decisum de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme julgados a seguir colacionados: RECURSO ORDINÁRIO. HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO NEPSIS. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, CONTRABANDO, RECEPÇÃO E CRIME CONTRA AS TELECOMUNICAÇÕES (ARTS. 2º, CAPUT, C/C O § 4º, II, IV E V, DA LEI N. 12.850/2013; 334-A E 180, AMBOS DO CP; E 70 DA LEI N. 4.117/1962). FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA. RÉU FORAGIDO HÁ MAIS DE 4 ANOS. RISCO À APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA NO CASO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE DO DECRETO PRISIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. INFORMAÇÕES DO JUÍZO DE ORIGEM DE QUE HÁ REGULAR OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 316, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP. AUSÊNCIA DE MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL. (...) 4. O termo para "a reavaliação da prisão preventiva, determinado pelo art. 316, parágrafo único, do CPP, não é peremptório, de modo que eventual atraso na execução deste ato não implica automático reconhecimento da ilegalidade da prisão tampouco a imediata colocação do custodiado cautelar em liberdade" (AgRg no HC n. 592.026/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/09/2020, DJe 29/09/2020). No caso, consta das informações prestadas que vem sendo devidamente observado o dispositivo, sendo certo que o acórdão impugnado analisou a necessidade de manutenção da prisão em recente julgamento ocorrido em 03/11/2022. 5. Recurso ordinário improvido. (RHC n. 174.360/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 7/3/2023, DJe de 9/3/2023.) (grifos nossos). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. FURTO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE DINHEIRO. COMPLEXIDADE DO FEITO, COM DIVERSOS RÉUS E IMPUTAÇÃO DE VÁRIOS CRIMES. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. REAVALIAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. ART. 316, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O Recorrente está segregado desde 16/09/2022 e responde por diversos crimes, em ação penal complexa, onde foram requeridas inúmeras diligências, além

de contar com nove réus, com patronos distintos. Das impetrações em favor de Corrêus é possível constatar que não há desídia do juízo na condução do feito, que tem sido regularmente impulsionado, sendo proferida decisão saneadora e designada audiência de instrução e julgamento, que não se realizou por determinação da Corte a quo, de modo que a demora na prolação de sentença não excede, até o momento, os limites da razoabilidade. 2. A decisão que revisa a necessidade da manutenção do título prisional inicial não o substituiu; ao contrário, a manutenção da custódia consubstancia a constatação de que os fundamentos da decretação primeva persistem. Por isso a jurisprudência desta Corte, no sentido de que "para a manutenção da prisão preventiva, nos moldes do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, não é necessária a ocorrência de fatos novos, bastando que subsistam os motivos ensejadores do decreto prisional" (AgRg no HC 591.512/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/08/2020, DJe 26/08/2020; sem grifos no original). 3. Ressalte-se que não subsiste a tese de ausência de fundamentação idônea do decreto que reavaliou a medida prisional, na medida em que o Juízo de primeiro grau ressaltou que o mandado de prisão foi cumprido seis meses depois de ser expedido, o que indica risco à aplicação da lei penal, e pelo fato de o Agravante responder a outras ações penais, o que evidencia reiteração delitiva. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC n. 179.827/DF, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 12/6/2023, DJe de 15/6/2023.) (grifos nossos). Desta feita, consoante acima demonstrado, inexistente no presente caso qualquer excesso de prazo a ser reconhecido, seja acerca da formação da culpa, alegação superada pela conclusão da instrução criminal, seja quanto à revisão periódica constante no art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, tendo em vista a última ter sido realizada recentemente (20/06/2023), não subsistindo, portanto, razões para a concessão da ordem. CONCLUSÃO III – Ante o exposto, julga-se pelo parcial conhecimento e, nesta parte, pela denegação do presente Habeas Corpus impetrado. Sala das Sessões, data constante da certidão de julgamento eletrônica. Presidente Desembargador Eserval Rocha Relator Procurador (a)